

## Por um País mais Eficiente

### Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

As alterações climáticas têm se traduzido num combate coletivo sem precedentes na História da Humanidade. Obrigam-nos a todos, estejamos a viver sobre que condições for e independentemente da área geográfica em que nos situemos, a trabalharmos na defesa de um futuro comum, neste que parece ser o combate mais importante em prol da preservação da espécie humana.

Os desafios lançados pelo combate às alterações climáticas têm sido encarados com um alto senso de responsabilidade e os crescentes estudos europeus e nacionais lançaram-nos os reptos para transformarmos as nossas dinâmicas económicas e sociais num sentido mais ecológico. Uma das mudanças de paradigma necessárias passa pela transição energética do nosso parque edificado. Em Portugal, no ano de 2019, emitimos 63.6 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, sendo que 75% dessas emissões advêm do setor energético, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente. Isto explica-se, já que, numa situação normal, segundo a Quercus, “passamos cerca de 90% do nosso tempo de vida dentro dos edifícios. Segundo esta associação, Portugal enfrenta “sérios problemas com a eficiência energética, particularmente no que toca aos edifícios mais antigos. E é nestes onde grande maioria do povo português vive atualmente, que continuará a viver e a trabalhar daqui a 30 anos”, por isso, se percebe que estamos perante o grande desafio, de difícil resolução e que precisamos de agir de forma proeminente contra este.

### A Juventude Socialista propõe,

Realizar um levantamento energético simplificado sobre todos os edifícios do país, sendo este operacionalizado pelas autarquias.

Realizar auditorias energéticas a todo o parque edificado nacional e, consequentemente, atribuir certificados que avaliem a eficiência.

Realizar estudos, em parceria com entidades reguladoras energéticas – e/ou outras – de forma a delinear uma estratégia nacional coordenada capaz de responder aos problemas reais de toda a população e estabelecendo uma ligação direta, junto das



autarquias a fim de perceber, no terreno, quais deverão ser os melhores métodos de intervenção.

Proceder à requalificação imediata do parque edificado público, utilizando os fundos concedidos pelo PRR para iniciar este processo.

Criar incentivos para a aquisição de serviços ou equipamentos mais eficientes.

Exercer um maior esforço de influência junto das autarquias de maneira a sensibilizá-los sobre esta realidade e assim incentivar o poder local a tomar medidas específicas sobre a exclusão energética.

Baixar as taxas municipais para pedidos de licenciamento de operações relacionadas com reabilitação de edifícios e obrigar à entrega de projeto de execução onde se privilegiam materiais mais amigos do ambiente e se verifica a inexistência absoluta de pontes térmicas.

Diminuir o IMI para os edifícios que apresentem uma classe energética superior.

*Braga, 17 de dezembro de 2022*